

A DIFERENÇA, UMA PORTA PARA A LIBERDADE DO FUTURO: ABORDAGENS SOBRE A IDENTIDADE NACIONAL GUINEENSE

Vinicius Lobo

Orientador: Prof. Dr. Remo Mutzenberg

Resumo

Este trabalho investiga abordagens sobre a formação de uma identidade nacional na Guiné-Bissau. Toma-se como parâmetro a Idéia de Jacob Torfing, que afirma ser a identidade nacional um lócus de poder simbólico universalizante, cuja apropriação se encontra em constante disputa por discursos políticos particularizantes. Propõe-se, assim, pensar a construção do nacionalismo como fruto de um conflito entre a pluralidade de etnias e de um antagonismo contra uma cultura ocidental já assimilada por estratos da sociedade guineense, em que emerge uma potente esfera de violência tanto simbólica quanto física com a diferença. A partir de um marco teórico pluralista e de uma investigação da literatura guineense sobre o processo de transição política, visa-se aproximar o entendimento sobre como e o que se edifica (e o que se exclui) sobre a bandeira da identidade nacional neste caso específico.

“Como se fora brincadeira de roda

Redescobrir o sal que está na flor da pele

Redescobrir o doce no lambar das línguas

Redescobrir o gosto e o sabor da festa

Alcançar aquele universo que sempre se quis

E que se pôs tão longe na imaginação

Vai o bicho homem fruto da semente

Renascer da nossa força, nossa luz e fé

Entender que tudo é nosso, sempre esteve em nós

Somos a semente, a dormente voz”. (Luiz Gonzaga Jr.)

De que maneira sucede a constituição de uma identidade coletiva e como se definem historicamente os caminhos que desviam e redirecionam a aplicabilidade prática desse sentimento conjunto de pertença dentro de um contexto específico, são perguntas que deixam

inquieta diversos pesquisadores da contemporaneidade, inclusive o que nesse momento está a escrever. Pensar essas questões tomando como base o continente Africano, mais especificamente a partir do caso da Guiné-Bissau em seu momento de transição histórica da situação colonial para a de um Estado Nacional, em que há uma elevada complexidade nas interações sociais somada a uma carência de dados e de documentos históricos, faz desta empreitada cognitiva algo ainda mais inquietante. Nesse sentido, analisar o processo de construção da identidade nacional e os eventos que redimensionaram as práticas que emergem em nome desse campo simbólico, no contexto da Guiné-Bissau, é algo que impele este trabalho a retomar algumas abordagens sobre em que consiste uma identidade como a de nação.

Identidade Nacional como significante vazio

A categoria de nação é algo seminal para o discurso da modernidade (Torfing, 1999:191). Numa breve e superficial genealogia das definições acerca deste conceito, pode se abordar primeiro alguns teóricos marxistas, que definem a identidade nacional como o cimento ideológico do Estado moderno burguês, na medida em que esta matriz identitária-ideológica opera uma reificação nas consciências da população segundo a visão de mundo da classe social dominante, a burguesia. Com as consciências individuais objetivadas segundo essa visão de mundo particular da classe social dominante, fica então garantida a legitimidade da repressão estatal. Uma corrente teórica que revisará estes preceitos é a funcionalista, que tende a ver a pertença a uma cultura (identidade) como o elemento sistêmico determinante para a possibilidade da vida em sociedade de acordo como esta opera na modernidade, corrente esta que tem em Talcott Parsons seu maior expoente. Devido ao caráter determinista das duas concepções citadas, a primeira com respeito à noção economicista-essencialista de classe social e a segunda devido ao poder de ultimato que possui sistema de valores culturais, este trabalho, seguindo um modelo proposto pelo pós-marxismo (Torfing, 1999) parte para uma definição destoante das citadas acima no que diz respeito à identidade nacional.

A categoria nação é aqui percebida como um significante vazio, que corresponde a um significante universal, dentro de um contexto social específico, que não pode ser preenchido com qualquer significado particular, já que nesse significante há algo que corresponde à unidade das pessoas vivendo neste espaço. A unicidade presente na idéia de nação contempla o entendimento de que o significado desta jamais poderia derivar de uma característica particular a um grupo, tendo este sentido que remeter a algo em que todos se sintam representados. O nacionalismo será então uma tendência a encontrar um referencial simbólico de pertencimento que constitua “*the people as one*” (o povo como um só) (Torfing, 1999:193). No entanto, essa constante tentativa de representar a unidade de um povo, numa sociedade formada por uma pluralidade de identidades, tenderá a desembocar em conflitos e antagonismos sociais, na medida em que grupos sociais particulares estrategicamente tentarão universalizar seus interesses específicos através do preenchimento desse “significante vazio” que é a nação. Os agentes particulares pertencentes à pluralidade de um espaço social encontram-se numa constante tentativa, através de projetos e estratégias hegemônicas, por preencher essa categoria universal com conteúdos particulares de seu interesse. Ernesto Laclau, ao refletir sobre o significante “democracia” nos fornece um importante argumento que se aplica igualmente se o substituirmos pelo significante “nação”:

The tension between the universal and the particular is constitutive of democracy, as all universal principles are tendentially empty and yet nevertheless retain remainders of particularity giving them their specific historical content (Laclau, 2001: 11).

Portanto, uma das possíveis formas de abordar a identidade nacional é pensando-a como um significante vazio, que está constantemente em conflito para ser preenchido ou corporificado por articulações políticas particulares dentro de um espaço social histórico. Acredita-se que percebida dessa forma a identidade nacional contempla sua função seminal de diferenciação social no contexto da modernidade.

Convém agora desenvolver alguns conceitos chaves para a abordagem aqui apresentada acerca da identidade nacional. O primeiro deles é o de “indecibilidade”, proposto por Jaques Derrida (1971). Este autor desenvolve esse conceito por meio de sua desconstrução, ao criticar a possibilidade de uma ontologia fundamental que garanta um fechamento ou uma totalização do social, na qual as possibilidades de diferença não existam ou não sejam válidas como práticas humanas. Isso não quer dizer que ele pregue uma ontologia relativista e que uma sociedade não seja composta de representações simbólicas universais, mas que esse universal é construído através de lutas políticas, em que identidades particulares tentam naturalizar ou objetivar suas significações como totalizantes num determinado contexto. Laclau então partirá desse conceito derridiano, inicialmente limitado ao âmbito do texto, para aplicá-lo à esfera social-discursiva, ou seja, a qualquer manifestação objetivo-relacional de uma coletividade (Torfing, 1999:92). Assim os elementos simbólicos de um espaço social são “indecidíveis” (não possuem natureza essencial), portanto contingentes a partir de disputas políticas que tentam fechar parcialmente seus significados. Na ausência de uma essência natural-total, uma identidade coletiva existe somente como um campo de significação em que uma ordem temporária (significado) é estabelecida por meio de articulações hegemônicas, sendo estas articulações limitadas pelas possibilidades existentes dentro de uma conjunção histórica. Nota-se aqui uma latência do corte Saussuriano na definição de “indecibilidade” que faz Derrida, na medida em que o primeiro vai vincular o princípio semiológico à teoria do valor e assim argumentar que os signos são construídos a partir diferenças puras, materializando-se para diferenciar-se determinada significação de outra (Dosse, 2007:81). Assim, toda significação que se “decide”, somente o faz diferenciando-se de alguma outra, estando esse outro sempre numa posição antagônica e marginal com relação àquilo que “decidiu” a significação hegemônica. Deste modo, em toda decisão simbólica há sempre excedente de significado, pois sempre que algo se define somente o faz por uma relação de diferenciação com outro algo que também está presente nesse espaço social. Quando, por meio de uma articulação política “decide-se” o preenchimento simbólico de um significado vazio e fecha-se parcialmente seu significado, este pode ser universal a partir de um processo político e não a priori, devido à presença do outro ou do excedente (diferença) que nesse espaço social habita.

Outro conceito fundamental para essa tentativa de análise histórica é o de hegemonia. Hegemonia é aqui entendida como a expansão de uma formação discursiva por meio de práticas articulatórias que transformam elementos simbólicos abertos em significados parcialmente fechados. É a tentativa estratégica feita pelos grupos sociais em preencher a unicidade de um significante vazio, como o de nação, com seus significados particulares. Esses processos articulatórios ocorrem num contexto marcado por antagonismos sociais (diferenças), em que esses dialogam constantemente com os eventos históricos para contingenciar ou não a hegemônica fixação de um significante. É o diálogo entre projetos significantes e eventos históricos que abre o fechamento parcial de um discurso hegemônico e permite uma rearticulação por parte dos antagonismos sociais, em que novas constelações discursivas se formam, alterando assim o sentido de um significante. Assim, é entendida como hegemônica qualquer tentativa de fechamento parcial de um elemento simbólico do social, seja essa interna (discurso dominante) ou externa (antagonismos sociais). Como afirma Remo Mutzenberg,

Uma articulação pressupõe a não fixidez constitutiva do discurso. Em contraposição a essa impossibilidade de fixação de um sentido, coloca-se a necessidade de fixação, pois sem esta não haveria sentido algum, impossibilitando a própria ação. A fixação parcial ocorre no campo da política, da articulação hegemônica que permite passar de uma condição de “indecibilidade” para uma condição de “decibilidade” do discurso (Mutzenberg, 2003:46).

Uma categoria que se faz necessária esclarecer para compreender os processos de “decibilidade” e articulação hegemônica de um projeto de significação é a de deslocamento, proposta por Laclau (Torfing, 1999:162). Os antagonismos sociais constituem o limite para qualquer objetividade hegemônica, e se articulam enquanto projetos significantes segundo lógicas de equivalência e diferença. As identidades sociais constituem assim um entrecruze de lógicas equivalentes ou diferentes entre si, cuja maior relevância de uma ou de outra lógica depende dos eventos sociais em situação (história). O deslocamento será então essa abertura nas possibilidades discursivas, que emerge por meio do diálogo entre eventos históricos e projetos significantes, em que uma identidade social específica inerente a um “arquivo” de possibilidades (antagonismos sociais) tornar-se-á positiva, ou hegemônica, em detrimento da ordem anterior. É a abertura para um “rearranjo” nas lógicas de equivalência e diferença da identidade que

preenche o significante vazio. Nesse momento inter-fronteiriço em que um projeto significante hegemônico é deslocado e dar-se a situação de “rearranjo” político do elemento simbólico universal a um coletivo, o significante vazio ganha uma dimensão flutuante. Em sua mobilidade significativa, acarretada pelo deslocamento histórico-político de um discurso hegemônico, o significante vazio será definido por Laclau enquanto significante flutuante. Ambos são conceitos que respondem a articulações hegemônicas, porém dizem respeito a dimensões parciais do processo político, estando o significante vazio relacionado à construção de uma identidade uma vez que há uma presença estável de fronteiras discursivas, e o significante flutuante no que diz respeito à rearticulação das fronteiras significantes que preencherão numa nova hegemonia o significante universal (Laclau, 2005: 167-168).

Finalmente, um último conceito que merece ser levado em consideração para esta percepção acerca da categoria “identidade nacional” é o de discurso, definido aqui como um conjunto de seqüências significantes que estão em constante renegociação. O discurso é aquele conjunto de relações de diferenciação social (no sentido proposto por Ferdinand de Saussure) que emergem a partir das interações individuais num determinado contexto espaço-temporal, tendo assim um papel fundamental na determinação das identidades desse espaço social específico. Porém, a determinação das identidades a partir uma totalidade interativa das seqüências significativas jamais será algo exaustivo, o discurso será sempre algo político, que opera a partir de articulações hegemônicas históricas dentro de uma situação de “indecibilidade” social que tenta fechar essas possibilidades significantes. Há um excedente de significado para qualquer formação discursiva, sobrando alguma parte da sociedade que não é representada pelo discurso em situação, já que o espaço social é indecível. É justamente esse excedente não representado pelo discurso em questão que fará das relações sociais um constante conflito, sejam aquelas que são orientadas pelo discurso hegemônico, na medida em que buscam reiterar sua hegemonia sobre seus antagonismos sociais, ou aquelas que são oriundas justamente desse antagonismo, na medida em que buscam romper com o discurso em questão (deslocamento) e dar novas significações às práticas sociais.

Antes de entrar na análise da identidade nacional na Guiné-Bissau, convém fazer uma última reflexão com relação à contingencialidade das representações simbólicas que visam preencher o significativo vazio da nação para assim virarem um discurso diferenciador das relações sociais. A contingência dentro de uma formação discursiva deriva da interação desse discurso com a realidade histórica em questão, posta como provação a este pelo cotidiano, e com os projetos hegemônicos antagônicos este. Tanto a realidade material como as estratégias de grupos políticos antagônicos ao discurso em questão podem provocar eventos que levem ao deslocamento desse discurso e assim que novas relações de diferenciação social se implementem em detrimento das anteriores. Com o deslocamento de um discurso como o de identidade nacional, novas representações simbólicas passam a se universalizar e a preencher esse significativo de forma que o sentimento de pertença e as práticas que este acarreta também vão se redefinir. É uma leitura como esta que se propõe ao processo político, imerso numa constelação de eventos, de transição histórica na Guiné-Bissau de uma situação colonial para um de Estado-Nação.

A transição histórica¹ na Guiné-Bissau

Para poder compreender os processos de “decibilidade” que contingenciaram a identidade nacional guineense e os discursos que a partir desta emergem, é preciso levar em consideração os eventos históricos ocorridos no período colonial, mais especificamente o contexto em que operava o Estado colonial e a forma como se desenvolveu a luta de libertação nacional nesse país. Vale ressaltar aqui, mais uma vez, que este trabalho limita-se à transição histórica da Guiné-Bissau, não abordando os eventos históricos que acontecem posteriormente no momento

¹ A transição histórica, segundo Carlos Lopes (Lopes, 1987) consiste na passagem de uma situação de colônia a Estado Nação na Guiné-Bissau, ou seja, sua emancipação política de Portugal.

de transição democrática². Parte-se então para uma breve texturização da presença portuguesa nesse país.

Carlos Ribeiro propõe dividir a história da presença colonial portuguesa em três períodos distintos (Ribeiro, 1989:226). O primeiro é aquele que vai do século XV, início da expansão capitalista europeia, até por volta de 1850, quando os portugueses ainda eram “emigrantes” em território estrangeiro com um fim comercial. O grande produto que movimentava esse comércio era o tráfico negreiro, prática que estimulava no território africano um confronto entre as etnias (organizações sociais complexas e distintas) que lá viviam. Durante esse período os portugueses literalmente hospedavam-se nas aldeias de seus aliados étnicos, quando inclusive pagavam um imposto à autoridade desses grupos sociais, as denominadas DAXAS, para que assim pudessem atracar seus navios e exercer seu estatuto de comerciantes.

Com o fim do tráfico negreiro em 1848, inicia-se em 1850 uma nova fase da colonização portuguesa em que a presença destes no território guineense se intensificará. Eles vão instalar as suas “praças”, que eram locais onde os portugueses habitavam e onde se realizava o comércio entre estes as populações locais. Surge assim um espaço territorial próprio dos comerciantes portugueses, com autonomia relativa e uma estrutura mínima de organização, em que havia aparatos de defesa, prisões, impostos, centros comerciais e pequenas áreas de moradia. Nesse momento o centro de decisão se polariza, entre a autoridade da coroa portuguesa dentro das “praças” e as lideranças africanas que dominavam todo território fora dessas. Aquelas populações que passam a viver nessas imediações são então submetidas a dois tipos de poder, e é nessa ambivalência, que marca a constituição das “praças”, que começam a aparecer aqueles indivíduos que Ribeiro chamará de Crioulos, eixo embrionário da futura identidade nacional guineense. Esses indivíduos eram aqueles que de alguma forma se distanciavam das populações étnicas e passavam a viver nas imediações comerciais portuguesas. O constante envolvimento

² A transição democrática corresponde ao período em que se passou a implantar, depois de anos de um regime de partido único, um pluripartidarismo e o sufrágio universal na Guiné-Bissau, processo cujo marco inicial é o ano de 1987, com o plano de ajustamento estrutural (PAE) (Mendy, 1996).

desse grupo com as rotinas vigentes nas “praças” acarretará, tanto em seus imaginários quanto em suas práticas de vida, um mestiçamento pela assimilação de aspectos da matriz cultural européia. Esse segundo momento da colonização terminará com as campanhas de “pacificação”, que se iniciam por volta de 1915 e terminam em 1920, quando os portugueses vão efetivar sua autoridade em praticamente todo o território guineense por meio de uma guerra extremamente violenta contra os grupos étnicos que ameaçavam sua dominação. É importante ressaltar aqui o papel que tiveram os Crioulos nessa guerra, já que como Portugal carecia de recursos para colonizar, precisou do apoio desses “intermediários” que viviam nas “praças”, sendo estes indivíduos fundamentais na guerra que efetivou a administração colonial.

Finalmente entramos no último período da presença portuguesa na Guiné-Bissau, que vai de 1920 até 1973, ano da independência desse país. A necessidade de criar novos mercados para a produção industrial em ascensão e o contexto da primeira guerra mundial foram alguns dos fatores que levaram os portugueses a promover as campanhas de “pacificação”, implantar a administração colonial e ocupar o território guineense, transformando este num apêndice da metrópole. O Estado colonial se caracteriza pela materialização de uma situação de violência total, em que o colonizado está exposto constantemente a uma “pulsão de morte” (Derrida, 2001) tanto física quanto simbólica, e o locus de onde emana essa violência totalitária que disciplina brutalmente seus corpos é o Estado colonial civilizador, no caso específico da Guiné-Bissau, o Estado Português. Esse estado de intermediação pela violência nos é apresentado por Frantz Fanon:

Nas colônias o interlocutor legal e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o gendarme ou o soldado; por sua presença imediata, por suas intervenções diretas e freqüentes mantém contato com o colonizado e o aconselham, a coronhadas ou explosões de *nepalm* a não se mexer. O intermediário não torna mais leve a opressão, não dissimula a dominação. Exibe-as, manifesta-as com a boa consciência das forças da ordem. O intermediário leva a violência à casa e ao cérebro do colonizado. (Fanon, 1968:28)

Essa situação de total violência com o outro se legitima pela diferenciação ontológica atribuída pelos europeus aos africanos. Os “outros”, bárbaros e primitivos em seus modos de vida, deveriam aprender a conviver de uma forma civilizada e a sua diferença era reconhecida para a estratificação do estado colonial. Cabia aos portugueses a missão civilizadora de trazer o progresso do mundo ocidental para a Guiné-Bissau. A grande testemunha ocular dessa diferença inferior era a cor do corpo negro (Mbembe, 2001:9) e a segregação entre os meios de vida europeus e africanos. A junção do discurso civilizatório legitimador com o interdito da violência implementado pelo estado colonial gerará um evidente contraste de modos de vida, em que o guineense, marginalizado e violentado, almeja acesso à sociedade com que vive a vida o branco europeu. Fanon, mais uma vez, nós descreve este contexto de contrastes e desejo:

A cidade do colono é a cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde os caixotes de lixo regurgitam de sobras desconhecidas, jamais vistas, nem mesmo sondadas. (...) as ruas de sua cidade são limpas, lisas, sem buracos, sem seixos. A cidade do colono é a cidade saciada, indolente, cujo ventre está permanentemente repleto de boas coisas. (...) A cidade do colonizado, (...), é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí nasce não importa onde, não importa como. Morre não importa onde, não importa de quê. Os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. O olhar que o colonizado lança para a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja. Sonhos de posse. (Fanon, 1968:28-29)

Assim, o discurso civilizador aliado a este brutal contraste de bem-estar e à violência do Estado colonial, que condiciona os corpos africanos a viver segundo as lógicas de diferenciação social desse discurso primeiro, vão asfixiar as consciências dos africanos (Augel, 2007:133), tornando a assimilação como única via de acesso a um modo de vida confortável e sano³. Nesse contexto, assimilar-se era a única via de ascensão social dentro da lógica significante que regia as relações sociais na colônia, e a melhor forma de fazê-lo era incorporando-se à administração colonial.

³ O estatuto que regulava o trabalho indígena na colônia passou por diversas modificações, mas de forma geral determinava que o “governo colonial devia ‘civilizar’ os negros, habituando-os ao trabalho, considerado ‘obrigação moral e legal’. Também destacava a necessidade de manter o trabalho como obrigatório com o fim de prover o sustento e melhorar a condição social do ‘indígena’. Ao mesmo tempo, delegava aos patrões o direito de pender e castigar os ‘serviçais’” (Hernandez, 2005). Esses preceitos podem ser observados nos artigos 1º e 94 do “Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas, do ano de 1914 (Hernandez, 2005). Nota-se assim a impossibilidade de uma ascensão social daquele não assimilado classificado como indígena.

Essa constelação de eventos acarretará um fator que será fundamental para o desenvolvimento da identidade nacional guineense no contexto pós-independência, a fetichização do Estado (Mbembe, 2001:7). Esta ocorre tanto pela sua identificação como única via de acesso à ascensão social, quanto pela percepção deste como representação social que detém o monopólio legítimo da violência que opera diariamente na vida de todo colonizado.

É nesse contexto, que tem início com movimento de libertação nacional (MLN), o qual será liderado pelos Crioulos, população africana que desde o início da colonização passou a viver nas “praças” portuguesas se assimilando culturalmente e logrando sua efetiva incorporação à administração colonial portuguesa; de 500 mil habitantes, eram 8320 civilizados em 1950, dos quais 2263 eram brancos, 4.568 eram mestiços e 1478 negros (Lopes, 1987:41). Muitos desses crioulos que vão posteriormente liderar o MLN e fundar o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) foram enviados para universidades européias, onde têm contanto com uma bagagem de conhecimento que, aliada as suas vivências no sistema colonial, os levarão a buscar um elemento unificador àqueles diversos grupos sociais do território guineense e cabo-verdiano que diariamente têm seus interesses e sua vida violentados pelo Estado colonial.

É desse grupo social que emerge a grande liderança do MLN guineense, Amílcar Carbral, que com seu poder de mobilização logrará a adesão do povo guineense por meio da propagação de uma identidade nacional preenchida pelo significado da resistência, da luta, da não repressão colonial. A violência generalizada do Estado colonial irá proporcionar à pluralidade social guineense o sentimento de pertença coletivo a ser corporificado no significante vazio da identidade nacional, é a violência colonial que fará dos guineenses um só povo e levará os camponeses a aderir nessa luta por uma emancipação nacional. É por meio dessa “ideologia de resistência” que se formará aquilo que Cabral chamou de “Classe-Nação” e se implementará a luta de libertação nacional, inicialmente limitada às regiões camponesas até que paulatinamente se toma o poder do centro administrativo do estado colonial em Bissau.

É graças a uma identidade nacional preenchida por um significado de luta e de resistência que será possível mobilizar a pluralidade social (mosaico étnico e imaginário extremamente diversificado) guineense a agir como um só povo na luta de libertação nacional e deslocar o discurso colonial português implementado pelo Estado. A “indecibilidade” social sobre o que significava uma nação guineense era “decidida” através do projeto hegemônico de Amílcar Cabral e do PAIGC com sua ideologia de resistência. No entanto, essa decibilidade acerca da identidade nacional enquanto significado de resistência somente emergirá pela prática vivida da guerrilha, em que praticamente se instituiu um estado paralelo nas regiões libertadas do campo (com estruturas legais, sanitárias e educacionais), ademais de um apoio internacional por parte da União Soviética, que forneceria armas e suprimentos para a guerra. É prática ideológica do PAIGC aliada ao cotidiano da guerrilha que decidirá o significado a preencher o significante vazio da identidade nacional na coletividade guineense.

No entanto, quando o elemento que provocava a significação de resistência que preenchia a identidade nacional do povo guineense e garantia sua unicidade, a violência do Estado Colonial Português, se dissipa, uma constelação de eventos combinar-se-ão para contingenciar esse significante de pertencimento coletivo e as práticas que com ele dialogam. Como se questiona Carlos Lopes, “Será que a ideologia nacional atinge o fim de sua gênese após a independência? A sua finalidade será consumida com a vitória política?” (Lopes, 1987:63).

As contingências do “Pós-Independência” e Construção do Estado Nacional

Amílcar Cabral, durante o movimento de libertação nacional já refletia sobre os perigos a que estaria submetida a identidade nacional guineense quando por fim o Estado colonial que dava origem a unidade do povo deixasse a história da Guiné-Bissau. Cabral era um assimilado assim como todos os outros pertencentes ao grupo denominado crioulo, que liderou o movimento de libertação nacional, porém seu nível de organicidade junto à população guineense era formidável. Antonio Gramsci afirmará que dentro de um grupo social, com uma função

específica, os intelectuais orgânicos são aqueles que “dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (Gramsci, 1989:3). Percebe-se Cabral enquanto a liderança do PAIGC que desempenhava o papel de intelectual orgânico, homogeneizando a população guineense, inclusive os outros líderes, com respeito a sua função de luta e resistência. Ele possuía um vínculo orgânico com o significado de resistência que preenchia o significante da identidade nacional, no entanto o mesmo não pode ser dito de seus companheiros de luta e de partido que triunfam com a independência, como argumentou o próprio Cabral:

Para manter o poder que a libertação põe em suas mãos a pequena burguesia só tem um caminho: deixar agir livremente as suas tendências naturais de emburguesamento, permitir o desenvolvimento duma burguesia burocrática e de intermediários do ciclo das mercadorias, transformar-se em pseudo-burguesia nacional, isto é, negar a revolução e enfeudar-se necessariamente ao capital imperialista (Cabral, 1976:212).

Nota-se que os demais integrantes do grupo crioulo que logra a independência e que vão liderar a construção de um Estado-Nação na Guiné Bissau não possuíam o grau de organicidade existente em Cabral com relação aos significados de uma identidade de resistência. Com a instituição do primeiro governo, que tem Luis Cabral como presidente, os antigos assimilados, enquanto lideranças do MLN chegam ao poder e é esse grupo que Cabral chamava pequena burguesia. Nesse grupo social específico a visão de mundo imposta pelo discurso ocidental civilizador se fazia completamente presente; sua avidez pela saciedade e fartura consumista em que viviam os “patrões” europeus podia finalmente ser mitigada, já que com o aparato estatal nas mãos podiam por fim superar sua condição de subalterno do português. Segundo a leitura aqui apresentada, com o assassinato de Cabral, ocorrido pouco tempo antes da independência oficial, a organicidade do grupo dirigente com o ideal de resistência que garantia a unicidade do povo guineense se rompe, e a pequena burguesia então se faz livre para implementar segundo sua visão e seus interesses as políticas públicas do Estado Nacional. Segundo a abordagem teórica aqui escolhida, essas práticas da pequena-burguesia no poder iniciarão o paulatino deslocamento do significado do que representara a unidade nacional, cada vez mais afastando essa representação da vida que vive o povo, iniciando assim um processo de fluidez do sentido desse significante (nação). A interlocução com o povo não mais se fará por meio do significado de

resistência à qual totalidade da população vivia, mas a partir de uma visão de mundo assimilada de uma minoria, que enunciava ser a modernização e as maravilhas do consumo ocidental, aquilo que carecia à Guiné-Bissau para se consolidar como nação e romper com o subdesenvolvimento. O grau de endividamento e desperdício deste projeto é algo seminal para este país, em que fábricas onerosas vão ser construídas para operar a uma capacidade produtiva muitas vezes de 5%.

Outra preocupação que manifestava Cabral era o mantimento das estruturas administrativas coloniais. Devido à carência de quadros qualificados para a direção política, que pudessem proporcionar um debate político acerca do modelo administrativo que necessitava a Guiné-Bissau naquele momento e a opção por um caminho pragmático, o mosaico burocrático e as instâncias de governança existentes durante a colônia permaneceram. Percebe-se esse evento como algo que potencializará a incorporação de novos significados na identidade nacional através do desenvolvimento daquilo que ele chamou de “burguesia burocrática”. O centralismo que existia no estado colonial será mantido tanto pela opção de manter administração colonial, com sede do governo em Bissau, quanto pela decisão de “institucionalização do sistema de partido único e do autoritarismo político” (Mendy, 1996: 29), durante a reunião da primeira Assembleia Nacional Popular em setembro de 1973. Ao preencher os quadros administrativos da burocracia estatal, as lideranças pequeno-burguesas mudarão completamente a forma com que o PAIGC entrava em contato com a sociedade durante o MLN e assim vão afastar-se ainda mais de uma ideologia nacional unificadora. Como comenta Carlos Cardoso:

Anteriormente, a formação ideológica, a autodefesa, o abastecimento, a educação, a saúde, a justiça, eram funções integradas e uniformes no seio do partido. Depois da independência, os militantes dispersam-se por setores, ministérios, administração pública, na medida das competências e especialidades de cada um. (Cardoso, 1989:289)

Nota-se aqui que além de orientados por uma visão de mundo ocidental, sedenta pelos privilégios consumistas e “modernos” que permeavam a vida dos colonos portugueses, há com a

herança das estruturas de governança colonial, a burocratização dessa pequena burguesia que liderava o MLN; visto como o desenvolvimento da burguesia burocrática, previsto de forma brilhante por Cabral, dando mais um golpe na identidade nacional formada durante a luta. Com essa burocratização, denominada por alguns autores como “funcionalismo” (Lopes, 1987: 167) ou “pragmatismo” (Mendy, 1996: 25), o que se instala no seio da administração estatal guineense é uma lógica de “razão instrumental”. De forma superficial, define-se aqui a razão instrumental como “a formalização da razão, em que os objetivos perderam necessidade e objetividade e o meio é fetichizado” (Adorno, 2006: 81). A fetichização do Estado e de sua burocracia então se incorporará ao imaginário pequeno-burguês, afastando ainda mais o governo nacional da identidade nacional desenvolvida durante o MLN; “o trabalho político-ideológico foi perdendo terreno em favor da ‘competência técnica’ e do espírito individualista pequeno burguês” (Cardoso, 1989: 290). Segundo a leitura aqui proposta, com o poder do monopólio legítimo da força, com a diluição da identidade nacional enquanto resistência nos quadros do PAIGC devido à razão instrumental posta a cabo pela herança do aparelho administrativo colonial, e com a proliferação de representações simbólicas ocidentais e mercantis nos imaginários deste grupo social dirigente (pequena-burguesia assimilada), a identidade coletiva de nação vai sofrer um forte deslocamento com respeito a seu significado no MLN e passará a redimensionar-se de acordo com os interesses particulares desse grupo específico, sendo duramente reprimida qualquer manifestação que se coloque como antagônica a estes. Os sentidos que preenchem o significante universal da identidade nacional passam então flutuar de forma inter-fronteiriça, na medida em que um grupo social particular (burguesia-burocrática) põe em prática seu projeto significante hegemônico num momento marcado pela emergência de eventos históricos (transição para um modelo de Estado Nação)

Segundo a leitura que aqui propomos, a possibilidade política que poderia por a pequena burguesia revolucionária (assimilados) em equivalência com o interesse das massas se rompe quando o elo de organicidade desse grupo específico com população se deteriora, o assassinato de Amílcar Cabral, e quando esta assume, em nome do PAIGC, o controle burocrático-instrumental herdado da administração colonial no novo Estado Nação. A esses eventos somam-

se dois fatores que vão fortalecer ainda mais atuação da burguesia burocrática hegemônica no deslocamento do discurso nacionalista primeiro e sua apreensão dos espaços de significação nacional: as ajudas e financiamentos internacionais e a baixa escolaridade da população. O capital estrangeiro vai desempenhar seu papel na medida em que vai permitir à burguesia burocrática manter-se no poder, ou seja, vai arcar com os encargos administrativos desta sem que seja preciso recorrer de forma ostensiva ao bolso do cidadão guineense (Cardoso, 1989: 284). Esses financiamentos, as ajudas para o desenvolvimento, numa época de guerra fria, vão estar freqüentemente disponíveis para as novas nações africanas, permitindo ao grupo social no poder sustentar o monopólio da força (custos da repressão) e seus padrões de vida europeus sem precisar dar muitas explicações ao povo, que devido a sua baixa escolaridade carece de categorias e de mecanismos para desenvolver um controle. No entanto, estes constantes financiamentos, utilizados, sobretudo para fins militares e para a importação de bens para o consumo dos assimilados no poder, vão gerar uma dívida internacional que vai limitar ainda mais as políticas públicas do Estado Nacional e sua presença no cotidiano das populações cuja realidade continua sendo a extrema miséria e a fome. Por meio desses fundos, os estados europeus vão então regular a produção econômica guineense segundo seus interesses, quando se assinam contratos de exclusividade em que a única responsabilidade do capital internacional é continuar sustentando financeiramente seus intermediários assimilados no poder de suas antigas colônias. Esse é mais um dos fatores que impedirão aquilo que Cabral chamava de “suicídio da pequena-burguesia” no contexto pós-independência, já que esta, segundo o autor acima, somente poderia ser revolucionária numa situação colonial. Percebe-se a “autonomia financeira” garantida a essa pequena-burguesia pelo capital internacional como algo que irá contribuir ainda mais para uma contingência no projeto significativo de uma identidade nacional, o qual cada vez mais se afastava de um sentido cuja representação pertença à maioria da população.

As massas guineenses, cuja superação das diferenças étnicas e participação no movimento de libertação nacional somente foram possíveis graças à propagação de uma identidade nacional unificadora, vêem esse elemento de pertença universal cada vez mais distante e rarefeito. Tanto os que vivem nas cidades como os que vivem no campo farão cada vez mais valer o seu

pertencimento étnico particular em detrimento da identidade nacional unificadora. A memória da luta de libertação nacional promovida pelo partido, ocupado pela burguesia burocrática, vai ser cada vez mais conectada com um imaginário modernizante e ocidental, principalmente quando emergem nos final dos anos 80 as políticas neoliberais de ajuste estrutural. A memória da luta passará então a ter um caráter meramente formal na nova roupagem que burguesia burocrática dará ao significado atribuído à identidade nacional e disseminado por esta nas escolas, televisão, jornais, discursos políticos, feriados nacionais e etc.

Um último evento na historicidade do Estado Nacional guineense que se pensa merecer relevância é a questão lingüística. O português é adotado como língua oficial e assim é o idioma em que sucede a educação formal na Guiné-Bissau. Toda linguagem carrega consigo uma constelação de símbolos que trazem consigo uma memória histórica, vivida. Durante a construção da identidade nacional no MLN, na ebulição da guerrilha no campo, na periferia e nas instâncias públicas instaladas pelo PAIGC nas regiões libertadas, devido ao mosaico de línguas étnicas existentes, a língua utilizada para a comunicação entre os militantes foi o kriol (utiliza-se este termo pela falta de outro mais apropriado), e é nos signos desse idioma que se enraizará a memória vivida da luta e sua ideologia unificadora. A escolha pelo português como idioma oficial acarretará uma resignificação dessa memória em meio aos significados ocidentais dos signos dessa língua, constituindo assim mais um evento que contribui para a desmobilização (fluidez histórico-politicamente orientada) da identidade nacional inicialmente moldada na luta de libertação nacional. Segundo Walter Benjamin, em sua obra *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (1994), narrar é contar uma estória do vivido, é narrar como um imaginário é posto a prova pela realidade espaço-temporal. No ato de narrar as palavras não estão separadas de seus referentes ou de suas “coisas”, pois durante a narrativa os sentidos explicitados são constantemente materializados pela sua interação com a experiência de vida do narrador que acompanha a (his)estória. O cotidiano, pela sua interconexão entre mito e história, torna-se a grande escola da vida. O português, adotado como língua oficial, além de resignificar os sentidos da memória histórica da luta, vai carecer justamente deste aspecto narrativo que aborda Benjamin, o qual se faz presente no kriol. É nesse sentido que Moema

Parente Augel afirmará, “escrever em português significa usar um veículo de segunda mão, empalidecer a riqueza da tradição, da história e dos sentimentos de sua própria cultura” (Augel, 2007: 170).

Identidade Nacional: emancipação ou dominação?

Talvez, diante de todos esses eventos mencionados acerca da história da Guiné-Bissau, o grande questionamento que se faz neste texto seja o de como uma identidade coletiva transforma-se de um projeto de emancipação para um projeto de dominação? Não seria esta a mesma inquietação que se coloca Lopes ao questionar se a identidade nacional perde sua gênese com a independência?

Amílcar Cabral é assassinado, sucede a ruptura do elo de organicidade entre a vanguarda do MLN e a população guineense, e assim quebra-se o significado que unia os interesses desse grupo social particular (crioulos assimilados) com os do povo; a pequena burguesia (crioulos) assume a administração estatal e transforma-se assim em burguesia burocrática que fetichiza os procedimentos estatais (já um sonho de posse desde a colônia, como nos mostra Fanon) em detrimento do conteúdo ideológico de sua tarefa política, podendo fazê-lo na medida em que o contexto internacional de nascimento do neoliberalismo com seus financiamentos e ajudas sustenta esse grupo social no poder e permite que o povo seja esquecido pelo Estado Nacional; adota-se o português como língua oficial e não o crioulo, falado pela maioria dos guineenses. Todos estes fatos contribuirão para uma nova conjuntura histórica em que se pode afirmar que após a independência, o significado que preenche o significante vazio da identidade nacional guineense será redirecionado ou deslocado, quando um novo sentido se atribuirá a esse sentimento conjunto de pertença, fazendo emergir novas práticas.

Percebe-se aqui este deslocamento como o diálogo entre os eventos históricos do pós-independência e a emergência do projeto hegemônico de um grupo social particular, a pequena burguesia que se transformará em burguesia burocrática, que por meio suas articulações históricas estratégicas vai paulatinamente contingenciar o conjunto de seqüências significantes que constituem o discurso nacionalista posto em prática durante a luta de libertação nacional. Este grupo vai então corporificar com seus interesses particulares a identidade coletiva que une o povo e orienta a atuação do Estado Nacional; argumentando-se aqui que o projeto dessa classe social foi o de levar a cabo um “assimilacionismo” da nação guineense. Os interesses coletivos que permeiam uma idéia como a de nação, abertos numa sociedade plural como a Guiné-Bissau, vão fechar-se devido ao projeto hegemônico da burguesia burocrática que se apropria desse significante vazio. O projeto significativo da burguesia implementado em consonância com os eventos do pós-independência transformará o significante vazio da identidade nacional desenvolvido durante o MLN num significante fluido, que se moverá estrategicamente entre fronteiras simbólicas para gerar uma nova hegemonia acerca de seu significado, voltando assim a fechar ou “decidir” seu sentido enquanto pertença universal de um coletivo. No entanto a representatividade desse novo significado restringe-se aos interesses dessa pequena burguesia, que se hegemoniza enquanto discurso.

A estratégia hegemônica da burguesia para deslocar o significado existente na identidade coletiva construída na luta de emancipação consistire em dar uma nova forma a estes significados, reestruturá-los no âmbito formal quando novos sentidos, por meio dessa novidade formal, vão emergir em nome da identidade. A estratégia da burguesia burocrática pode ser compreendida como o mito, tal como definido por Roland Barthes. Segundo este autor o mito é uma significação que se constitui a partir de uma relação significativa já existente, que por meio de uma nova construção formal gera um sistema semiológico segundo, no qual o que é signo na primeira relação de significação (identidade nacional de resistência) se transformará em mero significante para o mito (identidade nacional assimilada). O mito é uma estratégia formal que afunda o significado histórico das representações coletivas, que rouba à linguagem seus sentidos. O mito transforma um sentido simbólico histórico (a unidade da resistência inerente a todo povo

guineense) em mera forma para um segundo sentido (a modernização ocidental que carece a todos guineenses para que este país possa desenvolver-se pelas mãos do Estado Nacional). Assim, a estratégia hegemônica da burguesia burocrática para apropriar-se desse significante coletivo que é a identidade nacional, será a de mitificar a memória e o sentimento de pertença advindos da luta de libertação nacional, dando a esta memória uma nova forma, uma nova feição misturando-se com relações de significação mercantis de uma visão de mundo ocidental típica da pequena burguesia que chega ao poder com a independência. A memória da luta de libertação fica assim aprisionada no âmbito da forma em detrimento de seu conteúdo. Vale ressaltar que essa “tarefa” da pequena burguesia fica mais fácil com entrada constante de capitais internacionais interessados em manter essa burguesia burocrática intermediária saciada e no poder (os financiamentos são usados em sua maioria para consumo de produtos de luxo e para despesas militares).

O mito proposto pela burguesia rompe com a unicidade que existia no sentimento de nação, e o povo guineense sente isso na medida em que a miséria advinda da total ausência do estado nacional em seu cotidiano o desmobiliza com respeito a esse sentimento de pertença coletiva, quando se percebe que esta unicidade levada a cabo pelo Estado Nacional não o representa. É nesse momento que a população aciona a dimensão étnica como elemento mobilizador de pertença/identidade, quebrando a coesão política nacional que existiu no movimento de libertação nacional. A expansão da utilidade pública das forças armadas e o discurso posto em prática pela identidade mitificada levada a cabo pela burguesia burocrática no poder romperão com sentido que unia toda a diversidade guineense em torno de uma pertença nacional, acarretando as diversas situações de violência que podem ser observadas na pós-independência guineense.

Pensa-se aqui que a inquietação nacionalista de Amílcar Cabral durante a luta de libertação nacional consistia em reconhecer que a diferença não consiste em abraçar-se num radicalismo étnico-particular que nega qualquer possibilidade de interação ou de diálogo, mas em perceber os elementos que unem e colocam o povo numa direção para um futuro comum e acessível a todos.

Reconhecer a diferença é buscar um elemento de identificação para um futuro coletivo e não particular. É esse calor coletivo que fica morno quando devido a contingências históricas e a sua ação estratégica, a pequena burguesia desloca o discurso do MLN e põe em marcha seu projeto hegemônico que atrela um novo conjunto de seqüências significantes (discurso) ao significante vazio da identidade nacional.

Uma identidade baseada na emancipação transforma-se em dominação na medida em que um grupo particular, envolvido pelas contingências históricas, por meio de articulações políticas estratégicas coloca em prática um projeto significativo hegemônico que visa “decidir” a “indecibilidade social” de um significante vazio com sua visão de mundo particular, preenchendo este vazio com suas representações simbólicas e colocando-as como fechadas, totais ou naturais àquele espaço social específico, no qual qualquer manifestação humana diferente a essa hegemonia é condenada à exclusão, quando não ao total esgotamento. É isso que a burguesia burocrática vem tentando levar a cabo com o povo da Guiné-Bissau após a independência desse país. No entanto, o povo conhece e sabe que o discurso nacionalista hegemonicamente levado a cabo pela burguesia burocrática não os representa. O componente significativo que fez do povo guineense uma só voz durante a histórica luta de libertação nacional encontra-se adormecido devido à embriaguez do discurso burguês burocrático, mas não se tem dúvida aqui que se aconteceu uma vez, pode acontecer novamente e pronto chegará o momento de redescobrir essa voz que ainda se faz pulsar no imaginário dos filhos dessa nação.

Referências

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

AUGEL, Moema Parente. *O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CABRAL, Amílcar. *Unidade e Luta: a arma da teoria*. Lisboa: Serra Nova, 1976.

CARDOSO, Carlos. A historicidade da construção nacional na Guiné-Bissau. In: INEP; CODESRIA; UNITAR (Colóquio). *A construção da nação em África: Os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe*. Bissau: INEP, 1989.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

_____. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DOSSE, François. *História do Estruturalismo: o campo do signo*. São Paulo: EDUSC, 2007.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo negro, 2005.

LACLAU, Ernesto. Democracy and Power. *Constellations*, Oxford, v. 8, n.1, 2001.

_____. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de cultura econômica, 2005.

LOPES, Carlos. A transição histórica na Guiné-Bissau. Bissau: INEP, 1987.

RIBEIRO, Carlos. A historicidade da construção nacional na Guiné-Bissau. In: INEP; CODESRIA; UNITAR (Colóquio). *A construção da nação em África: Os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe*. Bissau: INEP, 1989.

MBEMBE, A. As Formas Africanas de Auto-Inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 1, 2001.

MENDY, Peter. *A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau*. In: KOUDAWO, Fafali; MENDY, Peter (Coord.). *Pluralismo político na Guiné-Bissau: uma transição em curso*. Bissau: INEP, 1996.

MUTZENBERG, R. Identidades e movimentos sociais numa sociedade indomável. *Política e Trabalho*, João Pessoa, n.19, 2003.

TORFING, J. *New Theories of Discourse: Laclau, Mouffe and Zizek*. Oxford: Blackwell, 1999.



VAMOS CONTINUAR A TRABALHAR!

Projecto Guiné-Bissau: CONTRIBUTO

www.didinho.org